

Revista Filosófica de Coimbra

vol.17 | n.º34 | 2008

José Reis
Manuel Moreira da Silva
Helder Gomes
Filipe P. S. M. Menezes
Edmundo Balsemão
Maria João Silveirinha
Luís António Umbelino
Cláudio Alexandre S. Carvalho
Armindo dos Santos
Ana Isabel Boura
Regina Queiroz
Dulce Morgado Neves

RECENSÃO

MARTÍN, María del Cármen Paredes, *Teorías de la Intencionalidad*, Editorial Síntesis, Madrid, 2007, 305 pp.

Claro no estilo e rico no conteúdo, o texto em apreço da ilustre Professora da Universidade de Salamanca será seguramente apreciado por todos quantos procuram meditar – nos seus mais variados contextos e pontos de vista – a rede problemática que entretetece o tema da intencionalidade.

Num primeiro momento da obra, encontramos uma abordagem histórica do conceito de intencionalidade, pretexto para, a partir de uma interessante arqueologia conceptual (pp.15-48), delimitar os respectivos âmbitos de significado. Seguidamente, a obra desenvolve-se ao longo da apresentação sistemática dos núcleos definidores de algumas das mais “influentes teorias da intencionalidade”.

Neste sentido, a primeira parte do livro é dedicada às denominadas teorias clássicas de Brentano e de Husserl. De Brentano, primeiro, porque – como demonstra a autora – se é verdade que o horizonte problemático evocado pelo conceito de intencionalidade se prepara muito antes e em outros autores, não o é menos que a este pensador se deve uma explícita e revolucionária formulação do tema, bem como a atribuição de um lugar central à análise “da peculiaridade dos fenómenos mentais sob o ângulo da sua dimensão intencional” (p. 51). A doutrina em questão é apresentada ao longo de alguns momentos-chave que a seguir se elencam: delimitação entre o mental e o físico (p.51); distinção entre actos de consciência e seus objectos (p. 54); estabelecimento do critério da representação como base segura para delimitar os fenómenos mentais por relação aos físicos; ponderação da perspectiva de Brentano sobre os limites do critério da espacialidade (p.57); análise do percurso argumentativo que leva o filósofo a estabelecer o “carácter intencional” como determinante positivo do psíquico e, consequentemente, como base de uma teoria dos fenómenos mentais (p.60). Os temas específicos ligados às questões da “referência intencional” e do “objecto” (p.64 e ss; 746 e ss), da “percepção da consciência interna” (p. 67 e ss) e da “unidade da consciência (p.72 e ss), completam o capítulo.

A influência de Brentano sobre Husserl será notória. No entanto, não pode ignorar-se que a teoria husserliana da intencionalidade contém, por relação à de Brentano (pp. 83-89), “diferenças muito marcadas quanto ao ponto de vista e ao desenvolvimento temático” (p. 83). A Husserl interessará, fundamentalmente, esclarecer a intencionalidade enquanto característica de uma consciência que é sempre *consciência de alguma coisa*, ou seja, que tem por característica, precisamente, ser intencional. Afastando-se dos equívocos terminológicos que considera permanecerem na teoria de Brentano, e assumindo um ponto de partida distinto do de uma teoria baseada no “objecto”, para Husserl a intencionalidade começa por ser “uma propriedade que possuem certos actos ou vivências da consciência em virtude da sua estrutura interna” (p. 90). O seu esclarecimento reclama, desde logo, que se tome em consideração a “vivência intencional da consciência”, bem como os dois aspectos distintos que ela implica: aquilo *a que* a consciência se refere e o modo *como* a consciência leva a cabo esse referir-se (p.94). Estas considerações, no entanto, representarão apenas um primeiro passo que importa perspectivar, por um lado, à luz do desígnio da fenomenologia husserliana de “regressar às próprias coisas”, por outro, em relação ao ritmo de construção de toda a doutrina que caminha no sentido de uma sempre maior especificação e elaboração. A comentadora procura conduzir-nos, de modo esquemático, ao longo dessas linhas de desenvolvimento, analisando alguns elementos centrais: a consideração da “estrutura da consciência pura” (pp. 102 e ss); o regime da *epoché* e da “redução fenomenológica” (p. 103); o esquema da “noesis” e do “noema”; a noção de horizonte” (p.112 e ss) – que se considera ampliar decisivamente a própria noção de intencionalidade. A apresentação da perspectiva de Husserl não se encerra sem que uma derradeira questão seja ponderada: de que modo o tema da intencionalidade em geral encontra uma ocasião de aprofundamento ao nível do carácter “intencional da consciência de tempo” e na problematização de uma “consciência interna do tempo” (veja-se p. 123).

Na segunda parte da obra em apreço, que recebeu o título *Intencionalidad y Ser en el Mundo*, são agrupadas as análises do que nas propostas filosóficas de M. Heidegger e M. Merleau-Ponty releva de uma orientação fenomenológica na esteira de Husserl. Uma vez mais se pretenderá apresentar cada uma das novas perspectivas a partir do próprio ponto de vista que desenvolvem, visando-se debater os respectivos pressupostos, dilucidar os objectivos mais relevantes e meditar as principais linhas argumentativas.

Partindo de uma referência aos textos do curso de 1925 – *Prolegomena zur Geschichte des Zeitbegriffs* (p. 134) – o núcleo da releitura heideggeriana da fenomenologia é apresentado a partir do que se considera ser o respectivo interesse teórico norteador: “levar a cabo uma clarificação do significado ontológico da intencionalidade, e compreender a *relação* intencional a partir do seu fundamento numa nova compreensão do sujeito, que não já o sujeito-consciência de *Ideias I*” (p. 135). Trata-se, com toda a evidencia, da tentativa de radicalizar as propostas de Husserl, nomeadamente, através de uma nova compreensão do sujeito fenomenológico, de uma conseqüente remediação da

teoria da consciência transcendental (pp. 141 e ss) e, finalmente, de uma profunda releitura do tema da intencionalidade, para *alguém* da linha estritamente epistemológica da relação sujeito/objecto, por um lado, e, por outro, do primado concedido à actividade *noética* da subjectividade (p. 155). Para Heidegger, nas fronteiras ricas de uma conversão hermenêutica da fenomenologia, a intencionalidade alberga, na realidade, um duplo sentido: ao mesmo tempo que nos permite descobrir ligados ao “alguma coisa” de que somos consciência, a sua estrutura permite vislumbrar um necessário compreender prévio que radica no originário enraizamento vivo do sujeito no mundo. Deste modo, pode Heidegger sustentar: “o comportamento intencional perceptivo do *Dasein* manifesta um modo ‘fundado’ de ser-no-mundo” (p. 152). O núcleo desta fenomenologia do *Dasein*, termina a comentadora, não poderá deixar de se estruturar como “interpretação”, através da qual se tornam conhecidos do *Dasein* – na sua “temporalidade extática” (pp. 156-162) – quer a textura do seu próprio ser, quer a autenticidade do ser dado na compreensão do ser.

Segue-se a exposição da perspectiva de M. Merleau-Ponty que, como afirma a autora com inteira justiça, alberga da herança husserliana uma das leituras simultaneamente mais genuínas e mais inovadoras (p. 12). Para Merleau-Ponty, de facto, permanece nas ricas formulações de Husserl, cujos inéditos cedo pôde consultar em Louvain, toda uma zona de “sombra” ou impensado que importa libertar. O mesmo é dizer que o modo de acolhimento merleau-pontyano das propostas de Husserl não corresponderá a um simples prolongamento historiográfico, mas à certeza de que o cumprimento do projecto fenomenológico implica pensar não apenas *com* Husserl, mas também *para além* Husserl, *apesar* de Husserl e mesmo *contra* Husserl. Para demonstrar este aspecto, é bem escolhido pela comentadora o *Prólogo à Phénoménologie de la perception* (p. 164), já que contém um rigoroso “condensado” do modo de apropriação merleau-pontyano da fenomenologia de Husserl. Dito de outro modo, nesse texto se pode encontrar a chave para compreender o modo como o filósofo francês “aclimatou” conceitos decisivos como os de “redução fenomenológica” (p.164), “essência”, “intencionalidade”, ou mesmo “fenomenologia”.

Merece atenção que tal horizonte fenomenológico seja aqui apresentado como linha de um aprofundamento temático exigido pelas análises, muitas vezes esquecidas, de *La structure du comportement* (pp. 166 e ss; veja-se, em particular, p. 171 e 173). São os conceitos de “forma”, “estrutura”, “sentido”, com os quais Merleau-Ponty pretende pensar a relação entre consciência e natureza – invocando uma linhagem de pensamento que mereceria por si só um estudo atento –, que reclamam uma radicalização apenas possível de traçar numa sistemática *fenomenologia da percepção*. A esta se deve atribuir a tarefa de desvendar a percepção como “experiência fundamental em que está implicado todo o sujeito da experiência” (p.174) – experiência que se desvenda, pois, como pertença, corporalmente enraizada, ao mundo e às coisas. A via assim traçada de superação das diplopias tradicionais promovidas pelos excessos empiristas e intelectualistas funda-se, deve notar-se, na presença do corpo no mundo como entrelaçamento (p. 174) antepredicativo. No centro de uma fenomenologia da

percepção não poderá, então, deixar de se formular uma filosofia do corpo (p. 178 e ss; sublinhamos a referência à ideia decisiva de “esquema corporal”, p. 181, e a indicação esboçada da importância da dimensão esteseológica, p. 183) e uma filosofia do espaço (veja-se, em particular, p. 179): de um corpo imbricado num espaço vivido, e de um espaço capaz de invadir e trespassar o corpo como se, por seu turno, *o vivesse*. Sobre este ponto, que reputamos de central, apenas estranhamos a ausência de referências a um texto que merceria uma leitura “fenomenológica”: *Le doute de Cézanne*. Para Merleau-Ponty, julgamos, o pintor é bem aquele que, em acto, efectua uma “teoria mágica” da percepção; ou seja, de algum modo, é quem primeiro concretiza exemplarmente o sentido profundo da intencionalidade, ou revelação pré-reflexiva da mútua pertença entre aquele que vê e o mundo que está aí desde sempre para pintar – desse mundo e desse espaço que Cézanne sentia pensar-se em si e dele ser a consciência. O pintor sabe que “ir até às coisas” implica um prévio “deixar vir até nós”, outro modo de dizer que na percepção se honra o pacto originário entre corpo e espaço. A comentadora não explora esta perspectiva. Mas não encerra a sua análise sem propôr outro ponto importante: a consideração linguagem enquanto “campo específico da actividade intencional” (p. 189).

A terceira parte da obra em apreço tem por título *Intencionalidad y language* e organiza-se ao longo de quatro momentos temáticos, orientdos pelo horizonte da “filosofia anglo-americana” (p. 12) e pelo o “enfoque analítico” (p. 197). Neste compromisso se cumpre o capítulo sexto – *La Intencionalid y la lógica* – que reúne em fértil debate os contributos de Frege (pp.199-201), Russell (pp. 201-207) e, ainda, de Quine (pp. 207-210). Aqui apresentadas sem se esquecer que representam uma reacção à clássica consideração dos objectos intencionais (Brentano e a questão dos objectos *inexistentes* é referida, mas também Husserl e Meinong), sobre as duas primeiras teorias se refere a forte influência que, de um modo ou de outro, exerceram sobre as “formulações linguísticas da intencionalidade que estão presentes em autores como Chisholm e Searle” (p.198). A estes autores se dedicam, por essa razão, respectivamente, os capítulos sétimo e oitavo. A influência de Quine será expressamente indicada no início do derradeiro capítulo da obra, assim abrindo uma nova frente de debate (p.217).

No capítulo que recebe o título *Chisholm y la doble tesis de Brentano* encontramos uma apresentação clara e sistemática de uma teoria da intencionalidade que pode ser lida como “versão linguística da teoria de Brentano” (p.211). Num primeiro momento, situa-se a análise no conceito de “enunciado intencional” (p. 212), o qual, logo a seguir, se procura meditar ao longo da necessária formulação de critérios operacionais capazes de permitir “distinguir enunciados que são intencionais ou que se usam intencionalmente em determinada linguagem, dos que não são intencionais”(p. 213). Esses critérios são três e elencam-se ao longo dos seguintes pontos de análise: “a independência em relação à existência” (pp. 213 e ss); “a indiferença em relação ao valor de verdade” (pp. 215 e ss); “a opacidade referencial” (pp. 216 e s.). Não ignorando os momentos mais frágeis da perspectiva de Chisholm, mas também sem escamotear o modo como este pensador delas teve a intuição e a elas tentou

responder, a comentadora culminará a sua análise referindo-se a dois aspectos na sua opinião decisivos: primeiro, refere-se ao facto de, para Chisholm, alguns dos critérios da intencionalidade são também critérios de intensionalidade (p. 227); depois, considera que a sua perspectiva permanece problemáticamente tributária de uma concepção psicológica da intencionalidade como característica do mental (p. 233 e ss).

O capítulo mais extenso desta terceira parte da obra é dedicado a Searle e recebe o título, previsível, de *J.R. Searle: intencionalidad y actos de habla*. Fiel ao compromisso de apresentar cada uma das teorias a partir dos respectivos núcleos definidores, também em relação à doutrina de Searle nos dá a autora uma descrição consistente. Num primeiro momento, anota que, segundo Searle, a intencionalidade pode definir-se como “a propriedade de muitos estados e eventos mentais de se dirigir a objectos e estados de coisas do mundo, ou de ser sobre eles” (p. 237-238). Depois, recordará que esta dimensão de *aboutness* é reconhecida por Searle em estados mentais como sejam as crenças e os desejos (p. 241). Nenhuma dificuldade até aqui; os problemas surgem, como é sabido, quando se pretende ir mais longe, o que Searle fará. Para este pensador, em desacordo com a tese exclusiva de que a consciência é sempre consciência de alguma coisa, há desde logo que afirmar que “nem todos os estados e eventos mentais são intencionais” (p. 238); mais, importa reconhecer que nem todos os estados intencionais são conscientes (p. 239). Como anota a comentadora, Searle formula estrategicamente a sua teoria sobre a intencionalidade a partir dos seus estudos sobre os actos de fala (p. 237; 241), o que não significa que considere serem todos os actos intencionais actos linguísticos. Salvo excepções partilham, no entanto, uns e outros, um conteúdo proposicional, característica à qual se deve juntar uma outra: o modo psicológico (p. 243). Sobre esta base desenvolve Searle a sua análise dos “estados intencionais”, nos quais reconhece uma “directção de ajustamento” e “condições de satisfação”. Posto isto, analisa a autora o caso particular da percepção no horizonte da teoria searleana da intencionalidade (p. 247 e ss). O eixo da análise é assim estabelecido: “a percepção e a acção intencional, ou a intenção de fazer algo, são formas primordiais de intencionalidade, pois são consideradas como as capacidades mais elementares da mente para relacionar o organismo com o mundo” (p. 247). Reconhecendo que Searle faz apelo, neste contexto, a um “realismo *directo*” – *ingénuo* – (p. 254), e o faz, acrescentaríamos, em confronto com teorias como as do representacionismo da sensação ou do fenomenalismo, trata-se, então, de ponderar, neste ponto, a tese segundo a qual seria um erro confundir o objecto da percepção visual com a experiência visual (cf. p. 251). Sublinhando, neste contexto, problemas como os da “apresentação”, da “particularidade”, ou da “auto-referência causal” (p. 251 e ss.), a autora prepara os desenvolvimentos derradeiros da análise. O primeiro desses desenvolvimentos prende-se com a importante articulação entre causalidade e intencionalidade, que tem o triplo mérito de precisar o centro da ideia searleana de intencionalidade, de situar a doutrina de Searle face a alguns dos seus críticos, e de aludir à célebre posição do filósofo em relação ao “problema da relação dos fenómenos mentais com o

cérebro” (p. 261). Depois, são introduzidas no debate as importantes noções de *network* e *background* (p. 262 e ss): a primeira pretende significar o facto de cada estado intencional pertencer – *holisticamente* (cf., por exemplo, p. 262) – a uma rede de estados mentais; a segunda indica o pano de fundo “não-representacional” (p. 262) de práticas e suposições pré-intencionais à maneira de *horizonte*. Finalmente, é debatida a ideia de consciência, sem a qual qualquer análise da intencionalidade permaneceria incompleta (p. 266). A referência não é menor. Com ela afirmará Searle – nomeadamente em *The rediscovery of the mind*, e no contexto do (“falso”) *mind-body problem* – a tese (tão problemática quanto vigorosa) da irredutibilidade metodológica da consciência como consciência de alguém (p. 267); assim tempera (também com a importante teoria dos pontos de vista), sublinhe-se, a ideia de que, no contexto deste problema, se trataria apenas de considerar efeitos de escala.

O último capítulo da obra em apreço, intitulado *Variedades de la intencionalidad*, representa um esforço de consideração crítica de doutrinas que rasgam propostas alternativas sobre a intencionalidade. Assim, em concisas apresentações, é referido o contexto da “naturalização da intencionalidade” (p.271) e meditadas a tentativa de explicação não intencional da intencionalidade por parte de Drestke (p. 272), o programa de Millikan (p. 277), o questionamento da intencionalidade intrínseca ou primitiva de Dennet (280), a teoria computacional da mente de Fodor (p. 285), aspectos da psicologia cognitiva de inspiração husserliana (p. 288) e, ainda, o projecto fenomenológico de M. Henry, que procura situar-se *para aquém* da dimensão intencional.

Pelo exposto, podemos afirmar estar perante um trabalho de rara utilidade, que vigorosamente junta em elegante colóquio filosófico algumas das mais relevantes teorias filosóficas sobre a intencionalidade.

Luís António Umbelino